



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

OBSESSÃO OCULTA, CAÇA ÀS BRUXAS MODERNAS E O DISTRITO DA LUZ VERMELHA: O “*AMERICAN (SEXUAL) WAY OF LIFE*”

HIDDEN OBSESSION, MODERN WITCH HUNTS, AND THE RED LIGHT DISTRICT: THE “*AMERICAN (SEXUAL) WAY OF LIFE*”

Marcos Vinícius Pachêco Sousa¹

RESUMO

O presente artigo explora a complexa interseção entre liberdade sexual, controle moral e as dinâmicas econômicas do capitalismo nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville, em Nova Orleans, como um estudo de caso emblemático. A pesquisa analisa como as políticas de sexualidade evoluíram ao longo do tempo, revelando um microcosmo onde forças sociais e econômicas convergem para moldar a expressão sexual. O autor argumenta que a regulação da sexualidade está intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas, destacando que a repressão moral, embora intensa, não consegue eliminar completamente as práticas sexuais dissidentes. Em vez disso, essas práticas encontram maneiras de persistir e se expressar, mesmo sob condições adversas. A análise de Storyville ilustra a tentativa de conciliar o desejo sexual com as normas sociais da sociedade capitalista, revelando um ambiente onde a prostituição era simultaneamente tolerada e regulada. O artigo também discute como a busca por segurança e aceitação levou à adoção de padrões culturais europeus, refletindo a complexidade das relações entre sexualidade, cultura e poder. Através de uma abordagem histórica, o autor destaca que as tensões entre controle e liberdade sexual continuam a influenciar as políticas contemporâneas de sexualidade nos Estados Unidos, evidenciando um diálogo contínuo entre repressão e autonomia. Dessa forma, o trabalho oferece uma análise crítica das contradições presentes na cultura sexual americana, enfatizando a importância de compreender as dinâmicas de poder, resistência e a busca por espaços de expressão sexual dissidente dentro de um contexto capitalista.

Palavras-chave: Liberdade; exploração; sexualidade.

ABSTRACT

The present article explores the complex intersection between sexual freedom, moral control, and the economic dynamics of capitalism in the United States, using the Storyville district in

¹ Mestrando em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. E-mail: marcosvpachecos@gmail.com



New Orleans as an emblematic case study. The research analyzes how sexuality policies have evolved over time, revealing a microcosm where social and economic forces converge to shape sexual expression. The author argues that the regulation of sexuality is intrinsically linked to economic and political structures, highlighting that moral repression, while intense, cannot completely eliminate dissenting sexual practices. Instead, these practices find ways to persist and express themselves, even under adverse conditions. The analysis of Storyville illustrates the attempt to reconcile sexual desire with the social norms of capitalist society, revealing an environment where prostitution was simultaneously tolerated and regulated. The article also discusses how the pursuit of security and acceptance led to the adoption of European cultural standards, reflecting the complexity of the relationships between sexuality, culture, and power. Through a historical approach, the author emphasizes that tensions between sexual control and freedom continue to influence contemporary sexuality policies in the United States, underscoring an ongoing dialogue between repression and autonomy. Thus, the work provides a critical analysis of the contradictions present in American sexual culture, emphasizing the importance of understanding the dynamics of power, resistance, and the search for spaces of dissenting sexual expression within a capitalist context.

Keywords: Freedom; exploitation; sexuality.

1. INTRODUÇÃO

Nos Estados Unidos, a relação entre sexualidade e transgressões é profundamente enraizada na história e na cultura. Desde os primórdios, questões relacionadas à liberdade sexual, à prostituição e à expressão erótica têm desafiado normas sociais e políticas. Assim, a liberdade sexual no país é paradoxal. Por um lado, a nação celebra a expressão individual e a autonomia; por outro, impõe restrições morais e legais à sexualidade. Essa tensão entre liberdade e controle moldou a cultura sexual americana, influenciando debates sobre aborto, contracepção, pornografia e direitos LGBTQ+.

Dessa forma, esse cenário revela uma complexa interseção entre liberdade individual, expressão sexual e os imperativos econômicos do capitalismo. Capitalismo esse que desempenhou um papel crucial na formação do “*american (sexual) way of life*”. A busca pelo lucro muitas vezes colidiu com as normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual, nos permitindo explorar não apenas as dinâmicas de poder e controle social, mas também os espaços de resistência e autonomia sexual dentro de uma sociedade marcada por profundas contradições.

Assim, o problema central abordado neste artigo reside na tensão entre a busca por controle moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente. A chamada “caça às bruxas modernas” representa as ondas periódicas de repressão moral que visam suprimir práticas sexuais consideradas desviantes. No entanto, esses movimentos repressivos coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, celebra a liberdade sexual como parte da dinâmica



social. Assim, a análise de Storyville proporciona um prisma histórico através do qual essas contradições podem ser examinadas.

Portanto, preliminarmente, os objetivos deste estudo são traçar a trajetória histórica do microcosmo das políticas sexuais americanas. Em segundo lugar, busca analisar como as práticas de prostituição refletiram e desafiaram as normas sociais e econômicas da época. E finalmente, pretende-se discutir as implicações contemporâneas dessas dinâmicas para entender as atuais políticas de sexualidade e os movimentos de transgressão sexual nos Estados Unidos.

2. A OBSESSÃO AMERICANA PELO LIBIDINOSO.

O século XVIII é conhecido como a era das revoluções, onde as ideias de liberdade e participação política do indivíduo se atestam como princípios liberais. Nos Estados Unidos, a luta pela emancipação concebeu o princípio medular da igualdade na fraseologia: “todos os homens foram criados iguais”. Dessa forma, Abigail Adams, a segunda primeira-dama estadunidense, é uma das primeiras a reivindicar que esses direitos não sejam usufruídos unicamente pelo sexo masculino. Contudo, o êxito da revolução americana evidenciou as balizas da ideologia liberal: ficavam suprimidos da ideia de igualdade as mulheres, os negros e os índios, algo que se mostra internalizado nos gestos mais simples e se manifesta “naturalmente”, reforçando o chamado:

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (Bourdieu, 2003, p. 77)

Em outro prisma, ao passo que a Europa Ocidental e o quinhão do oriente estavam abarrotadas de retenções quanto à conduta sexual, como contar de como, quando, quantas vezes e com quem se poderia fazer sexo, nas Américas ocorria algo bem diverso: boa parte das comunidades indígenas aceitava amplamente a poligamia, o sexo homossexual e em determinados agrupamentos também se admitia a ótica de uma terceira identificação de gênero além do feminino e do masculino – os “two Spirits”. Desse modo, vemos que:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo,



realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. (Bourdieu, 2003, p.23)

E em nenhum local a cultura sexual teve tão grande representatividade como nos Estados Unidos durante o século XX. O mundo americano girou em torno do “*american way of life*”, e até o modelo de vida perfeito não poderia deixar de fora o sexo e as questões sexuais: como os carros, por exemplo, que eram fabricados para que o capô parecesse com seios femininos. Desta forma, além de influenciar adolescentes a comprarem os veículos, estes atraíam pretendentes mais jovens, que seriam noivas mais cedo. Ainda, durante os períodos de guerra no território norte-americano, além da fuligem, da fumaça e do cheiro de pólvora que pairava no ar, havia o odor da testosterona exalado pela quantidade de homens com apetite sexual insaciável, dadas as condições a que estavam submetidos por tanto tempo. Por isso os bordéis móveis ficaram tão famosos - mas não tanto quanto as doenças venéreas como sífilis e gonorreia, que se espalhavam rapidamente. Deste modo, essa nova dinâmica social levava a várias transformações, conforme evidencia Nazzari (2001, p.110):

[...] a mudança de uma sociedade baseada na capacidade militar e na família extensa corporativa para uma sociedade cada vez mais baseada na posse do capital e na capacidade empresarial criou oportunidades que possibilitaram aos filhos homens tornarem-se mais independentes dos pais, ao mesmo tempo em que o comércio permitia que, com relativamente poucos recursos, muitos homens fizessem fortunas.

Deste modo, a interseccionalidade tem se mostrado uma ferramenta crucial para a análise das interações complexas entre identidades e experiências sociais, incluindo a sexualidade. Ao considerar as múltiplas dimensões que compõem a vida das pessoas, a abordagem interseccional permite uma compreensão mais aprofundada das formas como a sexualidade se entrelaça com outras categorias, como gênero, raça e classe. Essa perspectiva holística desafia as visões simplistas e unidimensionais sobre a sexualidade, destacando a importância de reconhecer a diversidade e a complexidade das vivências sexuais.

Assim, a construção social da sexualidade, permeada por normas, valores e expectativas culturais, influencia diretamente as experiências individuais e coletivas das pessoas. Gabriela Kyrillos (2020) ressalta a necessidade de problematizar as narrativas dominantes sobre a sexualidade, que muitas vezes reproduzem estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Ao adotar uma abordagem interseccional, é possível questionar as hierarquias de poder que moldam as representações e práticas sexuais, promovendo uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de opressão e resistência nesse campo.



E, segundo infere-se do pensamento da autora, a interseccionalidade oferece uma perspectiva analítica que reconhece a interconexão entre identidades sociais, incluindo a orientação sexual, e os sistemas de poder que moldam as relações sociais. Nesse sentido, a sexualidade não pode ser compreendida isoladamente, mas sim em diálogo com outras dimensões da experiência humana. A abordagem interseccional nos convida a considerar como as normas sociais, as estruturas institucionais e as representações culturais influenciam a vivência da sexualidade de maneira diferenciada, levando em conta as diversas formas de opressão e privilégio que operam em nossa sociedade.

3. MAS A GUERRA TROUXE CONSIGO INOVAÇÕES TAMBÉM NO CAMPO DA SEXUALIDADE?

Por causa da guerra, a América na década de 1940 era um lugar frenético para se viver: alimentos e suprimentos eram racionados e era realmente ímprobo alimentar uma família. Desse modo, todas essas diferenças anatômicas que se constroem pela visão social da época nos levam ao que Bourdieu (20023) chama de relação circular:

[...] que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (Bourdieu, 20023, p.28).

O governo americano ainda teve ideias revolucionárias para impulsionar a virilidade masculina em batalha: as “*pin ups*”: fotos de mulheres enviadas para os soldados, e a possibilidade de fazer desenhos feminilizados nos aviões, ambos servindo como controle desse hormônio. No filme “Top Gun”, que retrata com fidelidade o período da Segunda Grande Guerra Mundial, percebe-se o grande entusiasmo masculino para com as enfermeiras das unidades. Dessa maneira, há uma cumplicidade de tendências:

Da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bem simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima). (Bourdieu, 2003, p. 42)

Já em 1873, os anúncios sobre o controle de natalidade foram proibidos nos jornais do país, e se tornou ilegal enviar tais obscenidades pelo correio. Mas com a virada do século, mais especificadamente a partir de meados da década de 1920, os americanos puderam degustar um universo de liberdades sexuais diferente do outrora vivido – que começou a ser conhecido como “os anos loucos”. Foi um período de libertação e subversão das tradições. É nessa época que as



mulheres conquistam o direito de votar, abandonam os espartilhos, mudam o corte para cabelos curtos, pintam os lábios de vermelho, usam vestidos curtos na altura do joelho e meias da cor da pele. Dominique Fougeyrollas-Schwebel, socióloga, pesquisadora do CNRS/França, e membro do comitê de redação da revista “Cadernos de Gênero”, analisa que:

[...] demandas por direitos iguais abrangem o conjunto das atividades sociais (direitos na família, direitos no trabalho), a primeira onda do feminismo é frequentemente apresentada em torno das reivindicações do direito de voto: de fato é a respeito dessas questões que as ações mais espetaculares foram realizadas nos Estados Unidos e no conjunto dos países europeus. (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 49)

Nesse contexto, surge a revista mensal “*SEX*”, com fotos de modelos masculinos e femininas nus ou seminus à estética francesa. As imagens vinham acompanhadas de artigos que tratavam sobre questões pertinentes ao comportamento sexual e, pelas publicações, nota-se o grande desafio da sociedade na época de entender como funcionava a mulher e acompanhar as mudanças e conquistas femininas.

Dessa forma, esse cenário de políticas de sexualidade e transgressões revela uma complexa interseção entre liberdade individual, expressão sexual e os imperativos econômicos do capitalismo. Capitalismo esse que desempenhou um papel crucial na formação do “american (sexual) way of life”. A busca pelo lucro muitas vezes colidiu com as normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual, nos permitindo explorar não apenas as dinâmicas de poder e controle social, mas também os espaços de resistência e autonomia sexual dentro de uma sociedade marcada por profundas contradições. Nesse sentido, Carvalho (2023) destaca a influência do capitalismo na configuração da cultura sexual americana, ressaltando a tensão entre liberdade e controle que permeia essa realidade.

E de fato, no início, os sexos fazem parte de duas classes distintas, mas há uma certa igualdade entre elas. Assim, enquanto:

o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. As tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem e jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica. (Beauvoir, 1949, p. 119)

E isso, deveras, só muda na idade dos metais, quando:

O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que se reduzem a escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem se torna também proprietário da mulher. Nisso consiste ‘a grande derrota do sexo feminino. (Beauvoir, 1949, p. 102)

Dessa forma, todo esse uso das relações entre o masculino e o feminino, para Laqueur (2001), demonstra que ele é incapaz de:



[...] elaborar completamente a ligação que se estabelece entre as diferenças biológicas e as resultantes diferenciações “psicológicas e sociais”, ainda assim justificava os respectivos papéis culturais do homem e da mulher com uma audácia fantástica (Laqueur, 2001, p. 187).

Em outro ângulo, Aleister Crowley, notório mágico britânico, foi pioneiro da revolução sexual que se prolongaria ao longo do século e era conhecido por pregar que o ser humano deveria basear seu credo em satisfazer seus desejos pessoais, da carne, comungar com o Demônio, e realizar rituais de cunho sexual para alcançar a transcendência. Acabou por fundar uma doutrina que batizou de Thelema, defendendo a liberdade individual e espiritual pautada na máxima thelêmica: "Faze o que tu queres, há de ser tudo da lei". Nessa ótica, uma visão bem simplista que definiria o alvoroço sexual vivido nessas décadas é a de Laqueur (2001), que afirma que “De fato, quanto mais se examinam os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; quanto mais o corpo existia como fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam suas fronteiras” (Laqueur, 2001, p. 9).

Assim, a reflexão de Laqueur sobre a fluidez das fronteiras do corpo e a construção social da sexualidade encontra ressonância nas análises de um dos textos mais debatidos da crítica literária e feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak, “pode o subalterno falar?”, sobre as interseccionalidades de gênero, raça e classe. Ambos os autores destacam a importância de considerar as complexas relações de poder que moldam as normas e práticas sexuais, evidenciando como tais discursos podem marginalizar vozes subalternas e reforçar hierarquias sociais.

Ao problematizar a divisão sexual e a construção histórica das identidades de gênero, ambos nos convidam a uma reflexão crítica sobre as representações normativas do corpo e da sexualidade. Enquanto Laqueur destaca a contingência e a historicidade das categorias sexuais, Spivak enfatiza a importância de desnaturalizar as narrativas hegemônicas que silenciam e oprimem grupos subalternos. Entretanto, ambos os autores problematizam as narrativas dominantes que regulam as práticas sexuais e reforçam as hierarquias de gênero, destacando a necessidade de dar voz às experiências marginalizadas e subalternas.

Nas reflexões de Spivak, a questão da sexualidade é intrinsecamente ligada à produção de conhecimento e à formação de subjetividades. Para a autora, fica evidente a sua preocupação em desestabilizar as narrativas hegemônicas que perpetuam a marginalização e a invisibilidade de certas identidades sexuais. Spivak propõe uma abordagem crítica e interseccional que leve em consideração as complexas interações entre poder, conhecimento e sexualidade. Ao problematizar as representações culturais e discursivas em torno da sexualidade, Spivak



convida à reflexão sobre as formas de resistência e transformação necessárias para promover uma maior igualdade e respeito às diversidades sexuais.

Nesse sentido, o estratagema proposto teoricamente pela autora encontra intempéries na sua aplicação fática na sociedade estadunidense de meados do século XX, e, como aparentemente “quem quer que se esqueça do passado está fadado a repeti-lo”, a nova geração norte-americana não parece ter perpassado esses infortúnios. Isto posto, toda a raiz dessa problemática pode ser sintetizada através do pensamento de Sefner (2008), que roga que:

O conceito de gênero enfatiza a construção relacional do sexo e a organização social desta construção, entendendo que ela é uma construção histórica e que precisa ser entendida a partir de sua articulação com outras categorias sociais como classe social, raça/etnia, geração e sexualidade, para citar algumas das mais importantes. A noção de poder que está presente nessa relação introduz aí a dimensão de conflito, uma vez que as mulheres e os homens não são apenas mulheres ou apenas homens, mas são muitas outras coisas ao mesmo tempo. Isso significa dizer que não existe uma essência de mulher ou de homem nem a possibilidade de uma solidariedade dada a priori, a partir de uma única posição, neste caso, a partir da posição de gênero (Sefner, 2008, p. 12).

Outra figura emblemática nas primeiras décadas do século XX nos EAU é a delegacia de costumes. Teoricamente, é ela que tem por competência atuar nas contravenções penais. Mas ao longo da história teve funções controversas como “investigar, prevenir e reprimir a prostituição, evitando que afetassem a moralidade pública, as ações que pudessem afetar a honra e a dignidade das famílias, as manifestações que contrariassem a moral e os bons costumes, além da venda ou mesmo a exposição de livros, desenhos e gravuras que ofendessem a moral”. Também teve outras funções diversas como: a repressão dos vadios, dos embriagados e dos falsos mendigos, já que eram considerados "inimigos da sociedade", e até mesmo coibir a realização de rituais de feitiçaria, já que muitas vezes estavam atrelados à prática sexual deliberada, como na Thelema.

Essa modalidade de delegacia esteve presente inclusive no Brasil. Na Conferência Nacional de Polícia, sediada no Rio de Janeiro em 1951, fora feita a proposta de que se mostrava necessário que as autoridades examinassem a "conveniência ou necessidade de impedir a circulação de publicações obscenas, tanto as ilustradas como as simplesmente escritas". E até hoje ainda existem algumas unidades dela em alguns estados brasileiros, que pelo país já recebeu mais de um nome (Delegacia de Costumes e Diversões, Delegacia de Jogos e Diversões, Serviço de Censura e Diversões) e era integrada à estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro (1922-1944) ou ao Departamento Federal de Segurança Pública (1944-1959), ambos vinculados ao Ministério da Justiça. Toda essa perseguição à minoria determinada pela



dominação estruturalmente masculina se constitui de forma moderna, mas suas raízes são bastante antigas, conforme destacado pelo filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz (2003):

[...] o chamado Ocidente é evidentemente uma construção histórica do próprio Iluminismo. Na medida em que esta construção e a sua ideologia de legitimação que remonta até à Antiguidade ocidental concorreu para a constituição da forma do sujeito moderna, capitalista, masculina e permeada pela ideologia do valor e da dissociação, pode-se falar com certa justificação de uma “forma do sujeito ocidental”. E é fácil de comprovar que a forma de reflexão ideológica desta relação já desde o protestantismo, mas definitivamente desde o Iluminismo, se define essencialmente pelo objetivismo e pela misoginia, pela homofobia, pelo racismo e pelo antissemitismo aberto ou latente (Kurz, 2003, p. 35).

Mas os marcos voltados à sexualidade nos Estados Unidos não pararam por aí: Em 1999, durante as escavações do terreno de onde seria o Museu Nacional do Índio americano, descobriu-se os restos da fundação do Mary Ann Hall, um bordel de sucesso da década de 1840 até cerca de 1880, na Maryland Avenue S.W, Washington, D.C, funcionando a pouco menos de quatro quarteirões a oeste do Capitólio dos Estados Unidos. Nesse prisma, conforme avultado por Steans (2007):

A dominação europeia inevitavelmente afetou o status dos homens nativos, forçados a relacionamentos de subordinação. Isso se deu particularmente onde economias agrícolas substituíram a caça e a coleta, como em grande parte da América do Norte. Em muitos casos, ocorreu maior subjugação das mulheres, à medida que os homens afirmavam sua masculinidade de novas formas. A força cultural mais explícita era o cristianismo, cujos missionários tinham fortes convicções de como homens e mulheres deviam se relacionar. A visão cristã, em particular os homens nativos das Américas (Steans, 2007, p. 113).

E quando esses mesmos colonos saíram do Leste para conquistar o Oeste, na corrida do ouro, os pioneiros eram homens sem ter com o que gastar o fruto da mineração. Dessa forma, as mulheres se tornaram o principal investimento: bordéis itinerantes eram bastante comuns e as acompanhantes eram pagas em ouro muitas das vezes – perpetuando a visão europeia sobre o lugar da mulher advindo desde a idade média. Nesse contexto, ainda segundo o pensamento de Steans (2007), as:

[...] visões europeias sobre gênero eram menos igualitárias do que as da maioria dos grupos indígenas, pelo menos até o final do século XIX. Essas visões eram construídas por pressões para mudar o sistema para a agricultura e se afastar assim dos conflitos armados, o que teve como inesperada consequência a volta das agressões dos índios para dentro do grupo, em geral contra as mulheres. Essa situação certamente decorreu da incapacidade dos europeus de admitir o bom funcionamento de outro sistema de gênero diferente do seu (Steans, 2007, p. 80).

E para a filósofa pós-estruturalista Judith Butler (1998):



Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, ao invés disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso dessa assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca de sua substanciação plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode constituir uma plena dessubstanciação (Buttler, 1998, p. 43).

Nessa perspectiva, o pensamento da autora Angela Davis (2002) destaca ainda a maneira como a criminalização da sexualidade não normativa, como a prostituição e a expressão sexual livre, é utilizada como forma de controle social e repressão, e a importância de questionar as construções sociais em torno da sexualidade e da moralidade. Davis destaca ainda como a criminalização da sexualidade desvia o foco das questões estruturais e sociais subjacentes, perpetuando estigmas e marginalização.

Assim, ao analisar o "american (sexual) way of life" na ótica antropológica da autora, destaca-se a hipocrisia presente na sociedade em relação à sexualidade, onde normas rígidas coexistem com uma cultura de consumo sexualizada e exploratória. Davis questiona como a repressão da sexualidade não normativa se relaciona com a manutenção do poder e da hierarquia social, especialmente no contexto das instituições correcionais.

Com isso, ressalta-se ainda mais a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora em relação à sexualidade, que reconheça a diversidade de expressões e práticas sexuais, desafiando as normas dominantes e promovendo a liberdade individual. Há, dessa forma, importância em desnaturalizar as noções de sexualidade e gênero, questionando as estruturas de poder que moldam e controlam essas dimensões da vida humana.

4. FRENETISMO PRESIDENCIAL E A CAÇADA ÀS BRUXAS MODERNAS.

De acordo com David Eisenbach, historiador norte-americano, a vida sexual de presidentes e primeiras-damas dos Estados Unidos moldaram o curso de movimentos sociais, políticas governamentais e eleições. Para ele, as pessoas precisam aceitar o fato de que “desde o nascimento da República, políticos procuram sexo fora de seus relacionamentos formais, e continuarão a fazê-lo”. Nota-se no país que em média de um a cada seis meses ocorre algum escândalo de natureza sexual relacionado a “desvio de conduta” na vida íntima.

Neste contexto, sempre o masculino é tido como modelo. Isto posto, no tocante a questão política dessa temática, Laqueur (2001) aponta que:

[...] quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder de gênero [...], o sexo tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (Laqueur, 2001, p. 299).

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



Mas essa inclinação à uma maior liberação sexual tem suas vantagens: ideias de igualdade de direito para ambos os gêneros encontram terreno fértil para propagação. Lyndon Baines Johnson, 36º presidente dos Estados Unidos, que ascendeu à presidência após o assassinato de Kennedy, assinou formalmente a Lei dos Direitos Civis de 1964 em 2 de julho daquele ano; e mais recentemente Sandra Kay Fluke, advogada americana e ativista pelos direitos das mulheres, chamou a atenção da mídia pela primeira vez em 2012, quando membros republicanos do Comitê de Supervisão da Câmara e Reforma do Governo se recusaram a permitir que ela discorresse sobre a importância de exigir planos de seguro para cobrir o controle de natalidade, no decurso de uma discussão sobre se o seguro médico deveria ter um mandato de contracepção ou não. Toda essa atual discussão traz à tona a imprescindível necessidade de, nas palavras de Montané Carvalho (2012, p.24) “transformar as culturas acadêmicas de diferentes departamentos, cursos, disciplinas e áreas do conhecimento, para erradicar obstáculos e formas de discriminação, desvalorização e exclusão sutis baseados em sinais de gênero”.

Destarte, para Foucault (2002), nessa época:

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, [no século XIX] foi por uma porção de razões, mas em especial houve duas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (...) e, depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (Foucault, 2002, p. 25).

Nessa perspectiva, a obra de Frantz Fanon, “os condenados da terra”, ressalta a importância de compreender essas dinâmicas sociais e psicológicas que envolvem a sexualidade em contextos coloniais e pós-coloniais, que podem ser analisados em um contexto estadunidense enquanto sociedade colonizada – mesmo que nos moldes deveras mais “leves”, por meio do povoamento. A análise crítica dessas questões permite uma reflexão mais ampla sobre as relações de poder, violência e identidade que permeiam as experiências sexuais e afetivas em sociedades marcadas pela colonização e pela opressão.

Fanon também discute a relação entre a violência e a sexualidade, narrando situações em que a violência sexual é utilizada como forma de controle e dominação. Em um relato, um personagem se vê obrigado a matar uma mulher após um episódio de violência, gerando consequências psicológicas como insônia e distúrbios alimentares, evidenciando a complexidade das interações entre violência e sexualidade.

Além disso, a obra também destaca a influência da cultura europeia na construção da identidade sexual dos colonizados, apontando como a busca por segurança e aceitação leva à



adoção de padrões culturais europeus, como a valorização de autores e obras literárias europeias. Essa busca por identidade e pertencimento reflete a complexidade das relações entre sexualidade, cultura e poder – nitidamente presentes na sociedade norte-americana.

5. STORYVILLE: O DISTRITO DA LUZ VERMELHA.

Paralelamente, nos Estados do Sul, florescia Storyville, o distrito da luz vermelha de Nova Orleans, Louisiana, que perdurou de 1897 a 1917. Foi estabelecido por meio de decreto municipal, sob o Conselho Municipal de Nova Orleans quando um vereador da cidade escreveu diretrizes para regulamentar a prostituição na cidade. Dito isso percebe-se que:

A categoria gênero merece um destaque significativo nesta reflexão. A emergência da categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na realidade que ela sugeria, uma virada epistemológica ou uma literatura das mulheres, sobre mulheres e passava-se a analisar a construção social do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio às relações sociais de poder. (Louro, 2007, p. 24)

A portaria delimitava uma área na qual a prostituição, apesar de ainda ilegal, era tolerada ou regulamentada. Foi originalmente nominada como "o distrito", mas o apelido de "Storyville", logo se popularizou. A área de 38 quarteirões era cercada pelas ruas North Robertson, Iberville, Basin e St. Louis Streets. Além disso, estava próxima a uma estação ferroviária, tornando-se destino popular no coração da cidade para os viajantes que a Nova Orleans atraía.

Entre 1895 e 1915, foram publicados e vendidos “livros azuis” em Storyville, que nada mais eram que guias para visitantes do distrito que desejavam utilizar os serviços de prostituição, e contavam com descrições de casas, fotos, preços, especificidade de serviços, dentre outros.

De acordo com que crescia a preocupação nas américas acerca da prostituição, da imoralidade e do tráfico de pessoas, foi aprovada em 25 de junho de 1910 a Lei Mann, tornando crime "transportar ou fazer com que fosse transportado, ou auxiliar na obtenção de transporte" ou "persuadir, induzir, aliciar ou coagir uma mulher a viajar”, “para fins de prostituição ou libertinagem, ou para qualquer outro propósito imoral". Desta forma:

[...] o fazer científico e acadêmico referenciado ao feminismo se assumia politicamente, desafiando a neutralidade e a objetividade tão caras à ciência tradicional. As questões, formuladas a partir de um novo lugar e por um sujeito, que até então, ficara afastado da construção da teoria e do conhecimento, não se pretendiam distantes das lutas e dos movimentos sociais, ao contrário, nutriam-se deles. (Louro, 2007, p. 36)



Apesar de a lei ter sido criada para coibir a escravidão sexual forçada de mulheres, seu uso mais comum era para processar homens por fazerem sexo com mulheres menores de idade. O "propósito imoral" contido no estatuto permitia uma aplicação extremamente ampla da lei, que julgava que "fornicação ilícita", mesmo consensual, concebia um "propósito imoral".

Além de seu propósito inicial de prevenir o tráfico de pessoas, a lei foi usada para autuar relações pré-matrimoniais, extraconjugais, polígamas e inter-raciais ilegais. As penas eram aplicadas aos homens com ou sem consentimento da mulher que estivesse envolvida e, se ela consentisse, poderia ser considerada cúmplice.

Em 1978, o Congresso atualizou o que seria o "ato de transporte" e acrescentou importantes proteções contra a exploração sexual comercial de menores. Soma-se ainda uma emenda de 1986 que protegeria mais ainda os menores e acrescentou-se proteções a homens adultos. Posteriormente, a Lei Mann ainda foi alterada para substituir a equívoca "devassidão" e "qualquer outro propósito imoral" por "qualquer atividade sexual pela qual qualquer pessoa possa ser acusada de um crime", e tornou-a neutra em termos de gênero. Temos, então, a humanidade permeada por uma constituinte realidade histórica:

Viu-se que, biologicamente, os dois traços que caracterizam a mulher são os seguintes: seu domínio sobre o mundo é menos extenso que o do homem; ela é mais estreitamente submetida à espécie. Mas esses fatos assumem um valor inteiramente diferente segundo seu contexto econômico e social. (Beauvoir, 1949, p. 153)

Por outro lado, por falta de especificidade, criminalizou muitas relações de sexo não comercial, perseguindo um grande número de casais praticantes de atividades pré-matrimoniais ou extraconjugais, principalmente quando envolvia a necessidade de cruzar fronteiras estaduais.

Além de também se tornar uma forma de chantagem por esposas que suspeitavam de trair maridos ou outras mulheres, levou à extorsão, já que a lei poderia transformar uma esbórnica inofensiva na fuga de um crime ou na chantagem desse crime putativo.

Desta maneira, o problema central reside na tensão entre a busca por controle moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente. A chamada "caça às bruxas modernas" representa as ondas periódicas de repressão moral que visam suprimir práticas sexuais consideradas desviantes. No entanto, esses movimentos repressivos coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, celebra a liberdade sexual como parte da dinâmica social. Assim, a análise de Storyville proporciona um prisma histórico através do qual essas contradições podem ser examinadas. Nesse contexto, Carvalho (2023) ressalta a importância de compreender as contradições presentes na cultura sexual, evidenciando a complexidade das relações entre controle moral, liberdade sexual e resistência dentro da sociedade capitalista.



Isto posto, a história do Distrito da Luz Vermelha ilustra a tentativa de conciliar o desejo sexual com as normas aceitáveis da sociedade capitalista. E, conforme depreende-se metaforicamente acerca do pensamento de Carvalho (2003), esse ambiente dual de controle e liberdade sexual proporcionou um cenário onde as práticas convencionais eram desafiadas, permitindo uma expressão diversificada da sexualidade.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do artigo é fundamentado em uma confluência de conceitos e teorias que abordam a intersecção entre sexualidade, controle social, capitalismo e resistência. A análise inicia-se com a obra de Simone de Beauvoir, "O Segundo Sexo" (1949), que é fundamental para entender como as construções sociais de gênero influenciam a sexualidade, argumentando que a opressão das mulheres está intrinsecamente ligada às normas sociais que definem comportamentos sexuais aceitáveis. Complementando essa discussão, Judith Butler, em "Fundamentos Contingentes" (1998), introduz a ideia de que o gênero e a sexualidade são performativos, ou seja, são construídos através de práticas sociais e culturais, o que desafia a noção de essências fixas.

Além disso, a obra de Michel Foucault, especialmente "Em Defesa da Sociedade" (2002), é central para a compreensão das relações entre poder, controle e sexualidade, pois Foucault argumenta que a sexualidade é um campo de luta onde as normas sociais são constantemente contestadas e renegociadas. Essa perspectiva é ampliada por teorias que conectam o capitalismo à sexualidade, onde autores como David Eisenbach discutem como a vida sexual de figuras políticas molda movimentos sociais e políticas governamentais, revelando que a busca pelo lucro frequentemente colide com normas sociais, criando um ambiente propício para a exploração sexual.

Nesse contexto, a análise de Storyville como um microcosmo de resistência e autonomia sexual é apoiada por teorias que discutem como espaços sociais podem desafiar normas dominantes. A obra de Angela Davis, em "O Sentido da Liberdade" (2022), enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de expressões sexuais e a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as estruturas de poder, destacando como a criminalização da sexualidade não normativa perpetua estigmas e marginalização.

Ademais, o referencial teórico inclui uma análise histórica das políticas de sexualidade nos Estados Unidos, onde as "caçadas às bruxas modernas" refletem tensões entre repressão moral e liberdade sexual. A obra de Laqueur (2001) é citada para discutir como a sexualidade é moldada por contextos históricos e sociais, revelando a complexidade das relações entre



controle e liberdade. Por fim, o conceito de interseccionalidade, que considera como diferentes formas de opressão (gênero, raça, classe) se inter-relacionam, é fundamental para entender as dinâmicas de poder que influenciam a expressão sexual, com autores como Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw oferecendo insights valiosos nesse campo.

Assim, o referencial teórico do artigo é uma teia interligada de abordagens que analisam a sexualidade como um fenômeno social complexo, moldado por forças econômicas, políticas e culturais, promovendo uma compreensão crítica das estruturas de poder que moldam a vida sexual na sociedade contemporânea.

7. METODOLOGIA

A metodologia deste artigo é fundamentada em uma abordagem interdisciplinar que integra teorias e métodos de diversas áreas do conhecimento, incluindo estudos culturais, sociologia, história e teoria feminista. O objetivo central é analisar a complexa relação entre liberdade sexual e controle moral nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville como um estudo de caso emblemático. Para isso, a pesquisa adota uma perspectiva qualitativa, que permite uma exploração aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam a expressão sexual.

Inicialmente, a pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, que inclui obras clássicas e contemporâneas que discutem a intersecção entre sexualidade, poder e capitalismo. Todavia, a pesquisa também incorpora uma análise histórica, que examina a evolução das políticas sexuais nos Estados Unidos, com foco em períodos de repressão moral e suas consequências para a expressão sexual. Através da análise de documentos históricos, relatos de época e literatura secundária, busca-se traçar um panorama das tensões entre controle moral e liberdade sexual, evidenciando como essas dinâmicas se manifestaram em diferentes contextos históricos.

Além disso, a metodologia inclui uma análise de discursos contemporâneos sobre sexualidade, que são fundamentais para entender as implicações atuais das dinâmicas históricas discutidas. A pesquisa considera como as narrativas sobre sexualidade são construídas e desconstruídas na sociedade contemporânea, utilizando uma abordagem interseccional que leva em conta as interações entre gênero, raça, classe e sexualidade. Essa perspectiva é enriquecida por autores como Angela Davis e Patricia Hill Collins, que enfatizam a importância de reconhecer a diversidade das experiências sexuais e as complexas relações de poder que moldam essas experiências.



Dessa maneira, a análise crítica dos dados é realizada com base em uma abordagem hermenêutica, que busca interpretar os significados subjacentes às práticas e discursos sobre sexualidade, considerando as influências históricas e sociais que moldam essas narrativas.

Por fim, a metodologia deste artigo é orientada por um compromisso com a reflexão crítica e a promoção de uma maior compreensão das complexas interações entre liberdade sexual, controle moral e resistência. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a pesquisa visa contribuir para o campo dos estudos culturais, oferecendo insights que possam informar futuras discussões sobre políticas de sexualidade e a diversidade das experiências sexuais na sociedade contemporânea. Essa abordagem interdisciplinar não apenas enriquece a análise, mas também destaca a importância de considerar as múltiplas dimensões que influenciam a expressão sexual, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva das dinâmicas sociais em jogo.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo revelam uma complexa interrelação entre liberdade sexual, controle moral e as dinâmicas sociais e econômicas que moldam a expressão sexual nos Estados Unidos. A análise histórica e cultural evidencia como as práticas sexuais, embora frequentemente reprimidas, encontram maneiras de se manifestar e resistir às normas sociais dominantes.

Primeiramente, a pesquisa demonstrou que a regulação da sexualidade está intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas. Através da análise de Storyville, foi possível observar que, enquanto a prostituição era oficialmente condenada, ela também era tolerada e até mesmo explorada como uma forma de gerar receita e atrair turismo. Essa dualidade revela uma contradição fundamental na cultura americana, onde a busca por lucro frequentemente colide com as normas morais, criando um ambiente propício para a exploração sexual. Assim, a expressão sexual dissidente não apenas persiste, mas também se adapta e se reinventa em resposta às pressões sociais e econômicas, desafiando as tentativas de controle moral.

Além disso, os resultados indicam que as ondas de repressão moral, frequentemente descritas como "caçadas às bruxas modernas", não conseguem eliminar completamente as práticas sexuais consideradas desviantes. Em vez disso, essas tentativas de repressão geram espaços de resistência e autonomia sexual. A pesquisa revela que, mesmo em períodos de intensa moralização, surgem contraculturas que desafiam as normas estabelecidas, promovendo uma diversidade de expressões sexuais que se opõem ao controle social. Essa resistência é



visível em movimentos sociais contemporâneos que buscam a aceitação e a visibilidade de práticas sexuais não normativas, refletindo uma luta contínua pela liberdade individual.

Outro resultado significativo é a identificação das interseções entre gênero, raça e classe nas experiências de sexualidade. A análise crítica das narrativas sobre sexualidade revela que as experiências não são homogêneas; ao contrário, são moldadas por múltiplas camadas de opressão e privilégio. Assim, a pesquisa destaca que a luta pela liberdade sexual deve ser inclusiva, reconhecendo a diversidade das experiências e as complexas relações de poder que as moldam.

Além disso, os resultados sugerem que as políticas de sexualidade contemporâneas nos Estados Unidos ainda são influenciadas por tensões históricas, refletindo um contínuo diálogo entre controle e liberdade. A análise das políticas atuais revela que, embora haja avanços significativos na aceitação de práticas sexuais diversas, ainda persistem estruturas de poder que buscam regular e controlar a sexualidade. Essa realidade aponta para a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora em relação às políticas de sexualidade, que reconheça e promova a autonomia individual e a diversidade de expressões sexuais.

Desta forma, a pesquisa conclui que a expressão sexual americana não pode ser compreendida sem considerar os imperativos econômicos e as normas sociais que a cercam. A análise de Storyville serve como um prisma histórico que ilumina as contradições presentes na cultura sexual americana, onde a celebração da liberdade individual frequentemente colide com rígidas imposições morais. Assim, os resultados deste estudo não apenas contribuem para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de sexualidade nos Estados Unidos, mas também oferecem um arcabouço valioso para futuras pesquisas e discussões sobre políticas de sexualidade e a promoção da diversidade sexual em um contexto global. Essa análise crítica e abrangente é essencial para desnaturalizar as noções de sexualidade e gênero, desafiando as estruturas de poder que moldam e controlam essas dimensões da vida humana.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, examinou-se a complexa relação entre liberdade sexual e controle moral nos Estados Unidos, utilizando o distrito de Storyville e as intempéries presidenciais como um estudo de casos emblemáticos. A análise histórica dessa problemática revelou como o capitalismo e as normas sociais interagem para moldar a expressão sexual, resultando em um ambiente onde a prostituição era simultaneamente tolerada e regulada. Esta dinâmica entre controle e liberdade sexual reflete as contradições mais amplas presentes na cultura americana,



onde a celebração da autonomia individual frequentemente colide com rígidas imposições morais.

A problemática central do estudo— a tensão entre a repressão moral e a necessidade de espaços para a expressão sexual dissidente— foi explorada através da história de Storyville, mostrando como períodos de repressão, muitas vezes descritos como "caçadas às bruxas modernas", tentaram suprimir práticas sexuais vistas como desviantes. Entretanto, tais esforços de repressão coexistem com uma cultura que, paradoxalmente, promove a liberdade sexual como um valor fundamental. Esta contradição é um componente crucial do "american (sexual) way of life", que se encontra continuamente em um estado de negociação entre liberdade e controle.

Consequentemente, o principal argumento desenvolvido ao longo do texto é que a expressão sexual americana não pode ser entendida sem considerar os imperativos econômicos do capitalismo e as normas sociais que buscam regulamentar o desejo. Storyville serve como um microcosmo onde essas forças convergiram, proporcionando um terreno fértil para explorar como as políticas de sexualidade evoluíram ao longo do tempo. Este distrito não só revelou os mecanismos de controle social e econômico sobre a sexualidade, mas também destacou os espaços de resistência e autonomia sexual que surgem em resposta a tais controles.

Com base nesse estudo, é possível traçar algumas conclusões importantes. Primeiramente, a regulação da sexualidade é intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e políticas, e não pode ser completamente compreendida sem considerar esses contextos. Em segundo lugar, a repressão moral, apesar de sua intensidade periódica, não consegue eliminar totalmente as práticas sexuais dissidentes, que encontram maneiras de persistir e se expressar mesmo sob condições adversas. Por fim, a história sugere que as políticas de sexualidade contemporâneas nos Estados Unidos continuam a ser influenciadas por essas tensões históricas, refletindo um contínuo diálogo entre controle e liberdade.

Diante disso, propõe-se que futuros estudos sobre políticas de sexualidade considerem mais profundamente as interseções entre economia, moralidade e expressão sexual. Ao entender essas dinâmicas, é possível desenvolver políticas mais justas e inclusivas que reconheçam a diversidade das experiências sexuais e promovam a verdadeira autonomia individual.

10. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet, v.2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BOURDIEU, P; **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.



BUTLER, J. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**; n.11, Cadernos Pagu, p.156, 1998.

CARVALHO, Ana Paulo Comin de. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CARVALHO, M. E. P.; MONTANÉ, A. **Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil**; Avanços e Limites. Labrys, estudos feministas, julho/dezembro de 2012.

DAVIS, Angela. **O Sentido da Liberdade: e Outros Diálogos Difíceis**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **Movimentos feministas**. In: HIRATA, H. et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KURZ, R. **Tabula rasa**. 2003. Disponível em:
<<http://antivalor.atspace.com/Exit/kurz309.htm>>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NAZZARI, M. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PREVIDELLI, Fabio. **Prostituta e dona de bordel: Mattie Silks, a rainha do distrito da luz vermelha de Denver**. Aventuras na história. 16 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/prostituta-e-dona-de-bordel-mattie-silks-a-rainha-do-distrito-da-luz-vermelha-denver.phtml>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

SEFFNER, F. **Gênero, sexualidade, violência e poder**. In: Educação para igualdade de gênero. Salto para o futuro, ano XVIII, Boletim 26, p. 15-19, nov. 2008. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf>. Acesso em: 06 junho 2024.

SOUSA, Alana. **De presente dos deuses a um ato puramente privado: o comportamento sexual através das épocas**. Aventuras na história. 25 de set. de 2021. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-comportamento-sexual-atraves-das-epocas.phtml>>. Acesso em: 8 de junho de 2024.



SOUSA, Alana. **Em decisão inédita, distrito de Manhattan descriminaliza a prostituição.** Aventuras na história. 28 de abr. de 2021. Disponível em: <
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/em-decisao-inedita-distrito-de-manchattan-descriminaliza-prostituicao.phtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

SOUSA, Alana. **O homem que bateu de frente com a repressão sexual dos Estados Unidos.** Aventuras na História. 6 de junho de 2024. Disponível em: <
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-homem-que-bateu-de-frente-com-repressao-sexual-dos-estados-unidos.phtml>>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

SPIVAK, Gayatri Charkravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.